

OS PROCESSOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO: RELAÇÕES ENTRE SINDICATOS E JUSTIÇA ENTRE 1940-1950

LEONARDO SILVA AMARAL¹;
LORENA ALMEIDA GILL²

¹*Universidade Federal de Pelotas – amaralleonardo10@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – lorenaalmeidagill@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo compreender as relações entre sindicatos e trabalhadores, a partir dos processos da Justiça do Trabalho (JT) entre os anos 1940 e 1950. Tais documentos estão salvaguardados no Núcleo de Documentação Histórica da UFPel (NDH), que conta com mais de 105 mil ações da Comarca de Pelotas entre os anos de 1940 e 1995.

Após o ano de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas, houve diversas transformações sociais, sobretudo no mundo do trabalho, com as mudanças na legislação trabalhista, com a construção das Juntas de Conciliação; a partir de 1941 com a JT e, em 1943, com a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

O foco principal desta pesquisa é analisar os processos trabalhistas da Comarca de Pelotas, momento de intensa mudanças e movimentações grevistas em períodos de forte instabilidade. O intuito é entender as diversas motivações dessas ações judiciais atreladas a participação sindical, essas organizações que até meados de 1930 tinham, em sua base, movimentos anarquistas e comunistas (BADARÓ, 2009). A relação sindicato e Justiça se mantinha através das ações trabalhistas sendo a participação sindical obrigatória nos processos até meados da instalação da Justiça em 1941, momento em que se torna facultativa a participação dessas entidades.

A JT nasceu subordinada ao Ministério do Trabalho, presa aos princípios da oralidade, informalidade e classista, sempre buscando a conciliação entre as partes. Tratava, portanto, das demandas cotidianas do cidadão comum (SILVA, 2016). A intenção deste trabalho é mostrar a importância da JT e sua participação nas questões trabalhistas, sempre buscando considerar o atrelamento estatal dessas organizações, ao se analisar o número de ações com resultado procedentes ou improcedentes.

2. METODOLOGIA

O ponto de partida desse trabalho se deu a partir de uma análise documental dos processos da Justiça do Trabalho, a partir de forma quanti e qualitativa. O embasamento teórico foi usado em paralelo com a observação preliminar dos arquivos, conforme CELLARD (2012, p.303):

Com o trabalho de análise preliminar devidamente completado, é o momento de reunir todas as partes - elementos da problemática ou do quadro teórico, contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto, conceitos-chave. O pesquisador poderá, assim, fornecer uma

interpretação coerente tendo em conta a temática ou o questionamento inicial.

Os mais variados conjuntos documentais trazem consigo uma carga de memória dos mais diferentes grupos sociais. Os processos possuem testemunhos não só das classes subordinadas como as que detêm o poder. Segundo GOMES, (2007) houve um aumento do espaço de um “dever da memória” onde há um reconhecimento por parte da sociedade e do Estado em relação a perdas e injustiças, que muitos grupos sofriam.

O intuito desta pesquisa é compreender essas relações entre trabalhadores e patronato, suas motivações em paralelo com as influências sindicais, procurando preservar a memória desses grupos. A partir dessa perspectiva, é possível posicionar o NDH como um local de preservação desta memória.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até o presente momento foram analisados cerca de 50 processos da Justiça do Trabalho, com forte presença sindical como mostra tabela abaixo:

Tabela 1: Participação Sindical nos Processos da Justiça do Trabalho(1940-1950)

SINDICATOS:	Nº de PROCESSOS:
Sindicato de Trabalhadores da Indústria de Carnes e Derivados	9
Sindicato dos Trabalhadores de Carga e Descarga Terrestre	5
Sindicato dos trabalhadores em Laticínios	3
Sindicato de Carpinteiros e Marceneiros	3
Sindicato dos Trabalhadores em Fiação e Tecelagem	3
Sindicato dos Operários Metalúrgicos	2
Sindicato de Trabalhadores em Panificação e Confeitaria de Pelotas	2
*Sindicato de Trabalhadores nas Indústrias de Panificação e Confeitarias, Massas alimentícias e Biscoitos e de Produtos de Cacau e Balas de Pelotas	2
Sindicato de Empregados do Comércio de Pelotas	2
Sindicato da União dos Trabalhadores Gráficos	2
Sindicato dos Empregados em Hotéis e Restaurantes e similares	2
Sindicato da Industria da Construção Civil e mobiliário	2
Sindicato de Condutores de Veículos Rodoviários	2
Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários	2
Sindicato dos <u>Chaussers</u> de Pelotas	1
Sindicato de Pedreiros	1
*Sindicato dos Carpinteiros, Marceneiros e Classes anexas	1
Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de cerveja	1
Sindicato de Trabalhadores na Industria de Calçados de Pelotas	1
Sindicato dos Trabalhadores Industria de Produtos Químicos	1
Sindicato dos Oficiais de Alfaiates de Pelotas	1
*Sindicato - União Sindical	1
Sindicato de Trabalhadores de Barracas	1

A análise inicial, a partir dessa tabela, mostra o quanto forte eram as influências sindicais entre os anos 1940 e 1950 mesmo após a instalação da Justiça do Trabalho em 1941. A partir da documentação é possível perceber um grande número de processos improcedentes mesmo com participação das entidades sindicais, surgindo assim o questionamento da real importância e representatividade

desses grupos com foco nas ações trabalhistas, relativizando as relações que não eram totalmente opostas.

Dois sindicatos se destacam nesse período: o Sindicato de Trabalhadores da Indústria de Carnes e Derivados e o Sindicato dos Trabalhadores de Carga e Descarga Terrestre, esse número consiste na grande movimentação presente no Porto pelotense e na área frigorífica da cidade. Ao todo são 23 diferentes sindicatos recorrentes dentro das demandas, demonstrando a força sindical no município.

Os motivos, em sua maioria, se dão por questões salariais, férias e horas extras. Em poucos casos as motivações se davam por brigas e, em algumas situações, havia ainda a questão de ser uma ação plúrima, onde vários trabalhadores acionavam a justiça em um mesmo processo.

4. CONCLUSÕES

A partir das questões abordadas anteriormente é possível perceber diversos tipos de relações entre os grupos sociais existentes. Embora seja uma pesquisa ainda em desenvolvimento é perceptível as diversas mudanças no mundo do trabalho pós 1930.

A ideia de que essa classe trabalhadora era apenas uma parte dentro da engrenagem do Estado se manteve por um longo período, colocando assim o trabalhador como incapaz de serem protagonistas da sua própria história, mas a partir de 1960 os pesquisadores começam a se debruçar sobre uma participação mais ativa dentro da sociedade, por parte dessa classe menos favorecida, quando começam a ser desenvolvidas novas correntes historiográficas. Um dos objetivos deste trabalho é reafirmar que esses operários não figuravam como coadjuvantes desse período, mas sim como parte significativa e atuante.

Os processos demonstram o quanto conflituoso era e é o espaço do mundo do trabalho. A intenção, portanto, desta pesquisa, foi compreender o cotidiano desses trabalhadores; o que passavam em seus ambientes laborais e as possíveis soluções para a resolução de determinadas injustiças, preservando suas memórias e mantendo viva a luta por direitos, sempre tão necessária, ainda mais neste período de perdas de reivindicações históricas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acervo da Junta de Conciliação e Julgamento - Comarca de Pelotas do Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas. Rua Alberto Rosa, n. 154, Centro, Pelotas – RS – Brasil.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2012. p. 295-317

DA COSTA, Hélio. Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-1953). In: FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi; DA SILVA, Fernando

Teixeira; DA COSTA, Hélio; FONTES, Paulo (Org.) **Na luta por direitos: Estudos recentes em História social do trabalho.** São Paulo: Unicamp, 1999. Cap.3, p.87-113.

GILL, L.A.; LONER, B.A.; ROCHA, L.N.; VASCONCELLOS, M.; SCHEER, M.I. Acervo da Justiça do Trabalho e a pesquisa histórica. **História em Revista**, Pelotas, v. 16, p. 135-146, 2010.

GOMES, Ângela de Castro. Justiça do Trabalho no Brasil: Notas de uma pesquisa. In: BIAVASCHI, Magda Barros; LÜBBE, Anita; MIRANDA, Maria Guilhermina (Org.) **Memória e Preservação de Documentos: Direitos do Cidadão**. São Paulo: LTr, 2007. Cap.2, p. 19-30.

GOMES, Ângela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da. **A Justiça do Trabalho e Sua História**. São Paulo: Unicamp, 2013, p.13-47.

MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e Sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p.7-61.

NEGRO, Antonio Luigi. O que a Justiça do Trabalho não Queimou: Novas Fontes para o Estudo do Trabalho no Século XX. **Politeia; Hist. e Soc.** Vitória da Conquista, v. 6, n.1, p. 193-209, 2006.

SILVA, Fernando Teixeira da. **Trabalhadores no Tribunal: Conflitos e Justiça do Trabalho em São Paulo no Contexto do Golpe de 1964**. São Paulo: Alameda, 2016, p.35-58.

SPERANZA, Clarice Gontarski. Cavando Direitos: **As leis trabalhistas e os conflitos entre os mineiros de carvão e seus patrões no Rio Grande do Sul (1940-1954)**. Porto Alegre: Oikos, 2014, p. 87-137.